

CFESS MANIFESTA

Dia da/o Assistente Social



Brasília, 15 de maio de 2009

Começaria tudo outra vez, se preciso fosse

O Conselho Federal de Serviço Social homenageia todas/os assistentes sociais que fazem do Serviço Social brasileiro uma profissão engajada e comprometida com a luta da classe trabalhadora e com a efetivação do acesso aos direitos como mediação para a construção de uma sociedade que supere todas as formas de exploração humana. A comemoração dessa data tem origem em 15 de maio de 1962, quando foi publicado o Decreto 994/62, que regulamentou a Lei Nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que estabelecia em seu Art. 1º: “É livre em todo o território nacional o exercício da profissão de assistente social”. Vários instrumentos legais orientaram a profissão. Mesmo antes de sua regulamentação foi aprovado o primeiro Código de Ética Profissional, em 1947, baseado na neutralidade e na expressão da moral conservadora. A partir da regulamentação da profissão, outros Códigos de Ética foram aprovados, ainda com forte feição conservadora. O Código de 1965 concebia o indivíduo como ser abstrato e os fatos sociais como ações que independem da ação humana, fundamentado assim na perspectiva de Emile Durkheim. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação eram os valores que deveriam ser implementados no exercício profissional, ainda vinculado a uma feição voluntarista e benemerente. Durante o regime militar, o Código aprovado em 1975 expressava os valores autocráticos, orientava o exercício profissional para uma função educativa moralizadora dos comportamentos e aceitava passivamente o autoritarismo e a ordem instituída. Somente a partir do final dos anos 1970 e início de 1980, sob a influência das lutas políticas

democráticas que se adensavam em toda a América Latina é que o Serviço Social brasileiro passa a incorporar o referencial marxista e produzir análises teóricas em uma perspectiva de totalidade, historicidade e criticidade. As críticas ao conservadorismo, ao capitalismo, à autocracia burguesa se desdobram no compromisso ético-político com a classe trabalhadora e nas transformações radicais da sociedade. É nesse contexto que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo em 1979, representou a viragem de posicionamento ético-político e demarcou o compromisso profissional com as lutas sociais e a organização política da classe trabalhadora. Este novo posicionamento seria incorporado no Código de Ética de 1986, a partir da negação da base filosófica tradicional e da afirmação de um novo perfil ético, político e profissional. Ainda que este Código tenha sido um marco, o amadurecimento do projeto profissional e o processo de luta pela democratização do Estado brasileiro culminaram na sua revisão e na promulgação do Código de 1993. Nesses 16 anos de vigência do atual Código de Ética, lutamos cotidianamente para assegurar seus princípios, sustentados em valores éticos-políticos emancipatórios, fundamentados no princípio da liberdade como valor ético central, na defesa dos direitos humanos, na ampliação e consolidação da cidadania, na defesa e aprofundamento da democracia, no posicionamento em favor da equidade e justiça social, no empenho pela eliminação de todas as formas de preconceito, na garantia do pluralismo, na construção de uma nova ordem societária, na articulação com os movimentos sociais, no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Em sintonia com o novo Código de Ética, também é revisada a Lei de Regulamentação da Profissão, dando origem, trinta e seis anos após seu reconhecimento legal como profissão, à Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Essa construção histórica e coletiva, fruto de debates, e às vezes embates, se materializa no exercício profissional cotidiano e deve ser celebrada neste 15 de maio, e em todo este ano, em que comemoramos 30 anos do Congresso da Virada! A construção e a consolidação desse projeto nos últimos 30 anos cimentam e ancoram nossas reflexões e nosso trabalho profissional. Seus valores e princípios são insumos para a prática profissional e a política de resistência, sobretudo na conjuntura política, econômica e social atual, extremamente adversa, porque

aprofunda a lógica capitalista destrutiva e excludente. A compreensão crítica da realidade e de seu processo de produção e reprodução das desigualdades é pressuposto para construir respostas e enfrentamentos que nos possibilitem acertar na análise, para acertar nas estratégias. Por isso, neste 15 de maio, vamos comemorar a construção de nosso Projeto Ético Político, que celebra a resistência, a ruptura com o conformismo, a qualificação ético-político profissional, a defesa do Serviço Social como profissão comprometida com os interesses e necessidades da classe trabalhadora. Mais do que nunca se revela a necessidade de fortalecer as lutas sociais tecidas cotidianamente para enfrentar as desigualdades que, insidiosamente, imperam no Brasil:

- 44,5% da renda do trabalho ficam nas mãos de apenas 10% da população mais rica, enquanto os 10% mais pobres ficam com apenas 1%

- 14,1 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade (10% da população) ainda não são alfabetizados, e a maioria (52%) mora na Região Nordeste. Destes, 9 milhões são afro-descendentes

- 8,4% de crianças de 7 a 14 anos de idade não sabem ler e escrever. Das 10,9 milhões de crianças de 0 a 3 anos de idade, apenas 17,1% frequentavam estabelecimento de educação infantil em 2007. O menor percentual de crianças na escola (7,5%) está na Região Norte

- 2,5 milhões de crianças ainda vivem em situação de exploração de trabalho

- 53,3% dos domicílios urbanos têm famílias com rendimentos entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos

- 7,9 milhões de famílias não têm moradia e apenas 62,4% dos domicílios urbanos contam com serviços de saneamento básico e coleta de lixo, sendo que na Região Norte apenas 16,1% contam com esses serviços

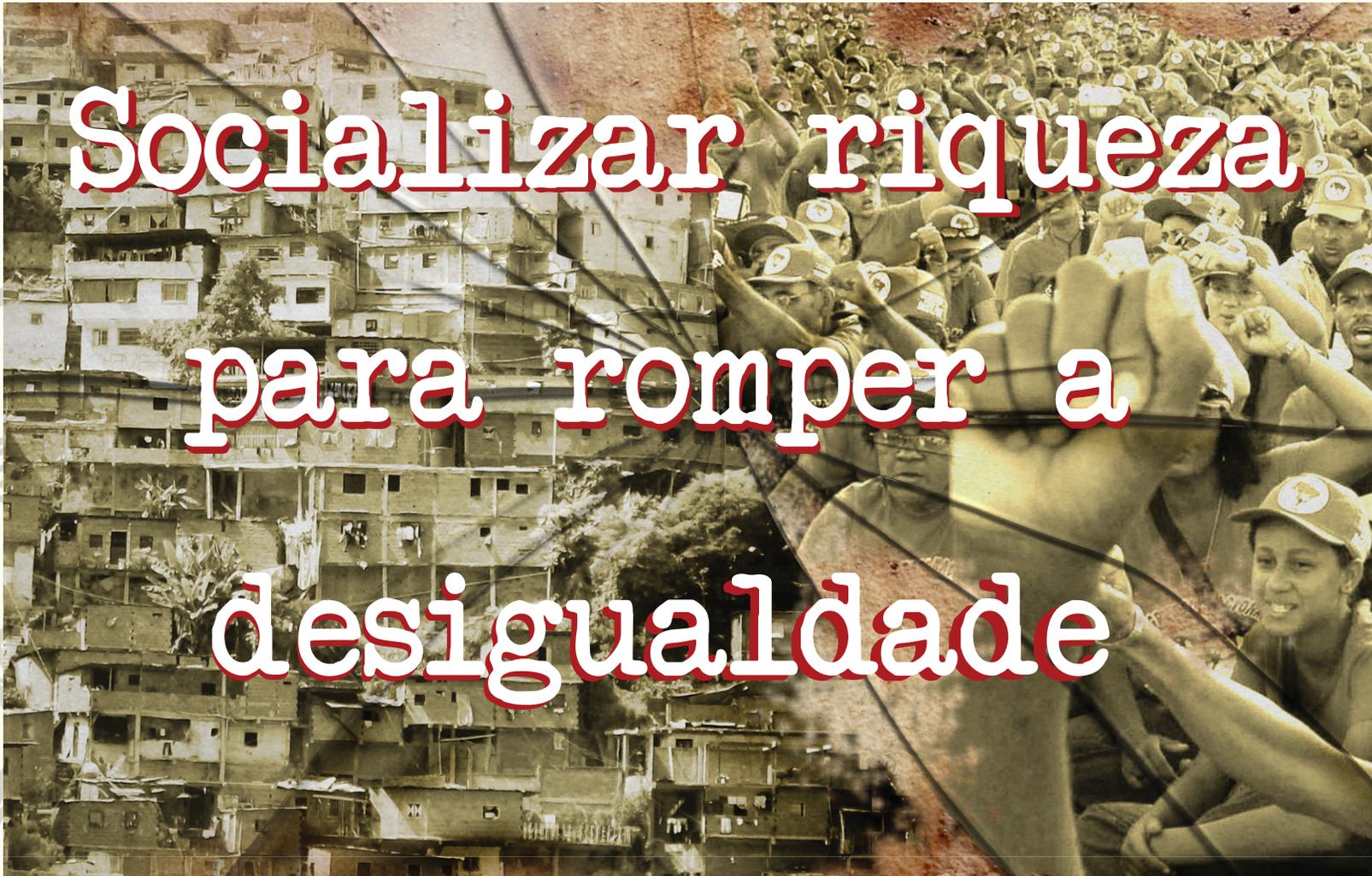
- Mais da metade das terras rurais no Brasil se concentram em apenas 3% de propriedades privadas (2,2 milhões de minifúndios ficam com apenas 7% das terras, enquanto 104 mil grandes propriedades concentram 58% das terras rurais)

Esses indicadores não são meros números. Eles expressam a realidade vivida pela maioria da classe trabalhadora no Brasil. São pessoas com as quais trabalhamos diariamente, na sua busca pelo acesso aos direitos e às condições de vida e expressam o desafio enfrentado pelos/as assistentes sociais no exercício de seu trabalho, seja no atendimento direto aos usuários, na formulação e execução de políticas sociais, na organização e fortalecimento das lutas sociais em defesa dos direitos, enfim, em todos os espaços de trabalho profissional. Não nos furtamos a enfrentar esses desafios. Ao contrário, o Conjunto CFESS/CRESS segue na contracorrente quando ousa discutir a centralidade da relação entre trabalho, direitos e concentração da riqueza; quando reafirma o projeto ético-político no debate cotidiano

O Conjunto CFESS/CRESS segue na contracorrente quando ousa discutir a centralidade da relação entre trabalho, direitos e concentração da riqueza

com a categoria e em eventos nacionais e regionais abrangendo questões essenciais para o cotidiano do trabalho profissional; quando busca qualificar o exercício profissional com ações como a elaboração de parâmetros de atuação nas diferentes áreas; quando intensifica a articulação e a atuação no parlamento brasileiro em defesa de legislações que garantam a ampliação de novos campos de trabalho, que assegurem condições éticas e técnicas para o trabalho profissional; quando se articula com movimentos sociais em defesa da seguridade social brasileira, dos direitos sociais e humanos, bem como da formação com qualidade. Estas são algumas das ações que traduzem o compromisso assumido e a convicção na construção coletiva.

Trinta anos depois, “começaria tudo outra vez, se preciso fosse”, para **denunciar** todas as formas de **exploração, opressão, violência e violação** dos direitos; para **lutar** pela universalização dos **direitos sociais** como dever do Estado; para **fortalecer** as lutas da **classe trabalhadora**; para **defender** a **redistribuição da renda**; para **exigir** condições dignas de **trabalho**; para manter forte e viva a convicção de todos/as aqueles que deram suas vidas e seus dias para construir o nosso Projeto Ético Político Profissional. Mais do que nunca é preciso **continuar a lutar**, com **paixão e convicção** na direção de:



**Socializar riqueza
para romper a
desigualdade**

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão 2008-2011 Atitude Crítica Para Avançar na Luta

Presidente: Ivanete Salete Boschetti
Vice-Presidente: Sâmbara Paula Ribeiro
1ª. Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz
2ª. Secretária: Neile d'Oran Pinhero
1ª. Tesoureira: Rosa Helena Stein
2ª. Tesoureira: Telma Ferraz da Silva

Conselho Fiscal:
Silvana Mara de Moraes dos Santos
Pedro Alves Fernandes
Kátia Regina Madeira

Conselheiros (as) Suplentes:
Edval Bernardino Campos
Rodriane de Oliveira Souza
Marinete Cordeiro Moreira
Kênia Augusta Figueiredo
Erivã Garcia Velasco
Marcelo Sitcovsky Santos Pereira
Maria Elisa dos Santos Braga
Maria Bernadette de Moraes Medeiros
Marylucia Mesquita Palmeira

Conteúdo:
Rosa Helena Stein

Ilustração:
Carolina Di Lello

Criação:
Marcela Mattos

Assessor de Comunicação:
Bruno Costa e Silva
comunicacao@cfess.org.br